

14° SIMULADO

# DEPEN

AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL  
PÓS-EDITAL



**Estratégia**  
Concursos

# Simulado Especial

## 14º Simulado DEPEN – Agente Federal de Execução Penal

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do DEPEN;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-DEPEN-29-08-20>**

01 – C E	25 – C E	49 – C E	73 – C E	97 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E	74 – C E	98 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E	75 – C E	99 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E	76 – C E	100 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E	77 – C E	101 – C E
06 – C E	30 – C E	54 – C E	78 – C E	102 – C E
07 – C E	31 – C E	55 – C E	79 – C E	103 – C E
08 – C E	32 – C E	56 – C E	80 – C E	104 – C E
09 – C E	33 – C E	57 – C E	81 – C E	105 – C E
10 – C E	34 – C E	58 – C E	82 – C E	106 – C E
11 – C E	35 – C E	59 – C E	83 – C E	107 – C E
12 – C E	36 – C E	60 – C E	84 – C E	108 – C E
13 – C E	37 – C E	61 – C E	85 – C E	109 – C E
14 – C E	38 – C E	62 – C E	86 – C E	110 – C E
15 – C E	39 – C E	63 – C E	87 – C E	111 – C E
16 – C E	40 – C E	64 – C E	88 – C E	112 – C E
17 – C E	41 – C E	65 – C E	89 – C E	113 – C E
18 – C E	42 – C E	66 – C E	90 – C E	114 – C E
19 – C E	43 – C E	67 – C E	91 – C E	115 – C E
20 – C E	44 – C E	68 – C E	92 – C E	116 – C E
21 – C E	45 – C E	69 – C E	93 – C E	117 – C E
22 – C E	46 – C E	70 – C E	94 – C E	118 – C E
23 – C E	47 – C E	71 – C E	95 – C E	119 – C E
24 – C E	48 – C E	72 – C E	96 – C E	120 – C E

**PORTUGUÊS****Carlos Roberto****TEXTO I**

*Aristóteles dá aula no seu liceu e um aluno lhe pergunta o que é ética. Aristóteles não responde, mas conta uma história, aliás, muito conhecida. O comandante de uma embarcação ganha sua vida transportando cargas de um porto a outro. Em um determinado dia, ele recebe uma importante encomenda. Contrata uma boa tripulação e parte. Ele conhece aquele percurso como ninguém. No meio do caminho, porém, se depara com um raro acontecimento naquele local: uma tempestade. E aí o comandante percebe que, se não jogar a carga ao mar, é possível que ele venha a naufragar. Aristóteles não termina a história, o que mostra que, para ele, não era muito importante o que o comandante decidiu. O importante é destacar que a ética é com tempestade e tudo. Diversas vezes, ouvimos dizer: “precisamos evoluir muito para chegar ao patamar de uma sociedade ética”, sem percebermos que não é bem assim. A ética é a inteligência compartilhada a serviço do aperfeiçoamento da convivência com todas as condições materiais que são as nossas. Se formos esperar uma sociedade ideal para que a ética possa existir, é possível que ela não venha a existir nunca. Então, considero fundamentais essa contextualização da vida e a ideia de que a ética é um saber prático.*

CORTELLA, Mario Sergio; FILHO, Clóvis de Barros. Ética e vergonha na cara! Campinas, SP: Papirus 7 Mares, com adaptações.

No que se refere aos aspectos semânticos e gramaticais, julgue as assertivas a seguir.

- 01.** Uma conduta ética está somente relacionada às “tempestades” enfrentadas na vida e ao modo como se lida com elas.
- 02.** A ética deve ser praticada em todos os segmentos da vida, independentemente do contexto no qual o indivíduo se encontra inserido.
- 03.** Para que o indivíduo seja plenamente ético, deve estar estabelecido em um ambiente propício a esse padrão de comportamento.

**04.** A ética é uma conduta utópica, visto que o contexto social vigente é desfavorável e exerce essa influência sobre os indivíduos.

**05.** A contextualização da vida é fundamental para se vivenciar a ética, porém essa linha de pensamento não condiz com a realidade social da atualidade.

**06.** No trecho “Aristóteles dá aula no seu liceu e um aluno lhe pergunta o que é ética.”, o verbo “perguntar” possui dupla transitividade, sendo o “lhe” seu complemento indireto.

**TEXTO II**

*Proatividade significa muito mais do que tomar a iniciativa. Implica que nós, como seres humanos, somos responsáveis por nossas próprias vidas. Nosso comportamento resulta de decisões tomadas, não das condições externas. [...]*

*Eleanor Roosevelt disse: “ninguém pode feri-lo sem seu consentimento”. Nas palavras de Gandhi, isso aparece também: “eles não conseguem tirar nosso respeito próprio se não o entregarmos a eles”. É nosso consentimento, nossa permissão para que as coisas aconteçam a nós que nos fere, muito mais do que os eventos propriamente ditos.*

COVEY, Stephen R. Os 7 hábitos das pessoas altamente eficazes. 40. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, com adaptações.

No que se refere aos aspectos semânticos e gramaticais, julgue as assertivas a seguir.

- 07.** A proatividade relaciona-se somente à agilidade na tomada de decisões.
- 08.** O comportamento de se deixar impactar por eventos externos define o nível de responsabilidade que o indivíduo assume pela própria vida.
- 09.** O ato de ser proativo remete à capacidade de ter atitude para realização de ações ou resolução de demandas; de antecipar-se aos fatos e responsabilizar-se.

10. Indivíduos cujas ações admitam a intervenção de outras pessoas nas decisões deles são considerados proativos.

11. A conduta norteada por circunstâncias externas caracteriza o comportamento proativo.

12. Nos trechos “*Proatividade significa muito mais do que tomar a iniciativa.*” e “*... muito mais do que os eventos propriamente ditos.*”, a preposição do poderia ser suprimida sem prejuízo da correção gramatical.

### ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Fabiano Pereira

13. A inassiduidade habitual é uma conduta passível de suspensão por até noventa dias.

14. Uma infração punível com suspensão prescreverá em dois anos, contados da data em que o ato foi praticado.

### DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO

Ricardo Torques

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) representa um marco na história dos direitos humanos. Sobre esse importante documento, julgue os itens a seguir:

15. A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê expressamente o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. No entanto, ao versar sobre a vedação à tortura ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, a Declaração permite que tais atos ocorram em decorrência de guerra declarada.

16. Todo ser humano tem o direito de ser reconhecido como pessoa perante a lei gozando, sem qualquer distinção, em igualdade de proteção legal. Além disso, visando a isonomia, a Declaração veda qualquer discriminação ou incitamento à discriminação que viole suas disposições.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) busca dar concretude aos direitos humanos básicos dos brasileiros, alinhando as políticas públicas aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Desse modo, julgue o item seguinte:

17. O PNDH-3, além dos eixos e diretrizes estabelecidos, previu a instituição do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do Programa, mas este foi revogado em 2019.

18. O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) mostra-se alinhado aos direitos de terceira dimensão ao prever a harmonização entre o desenvolvimento a sustentabilidade, buscando a efetivação de um modelo ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável. Além disso, valoriza-se a pessoa humana como sujeito central do processo de desenvolvimento e busca-se promover e proteger os direitos ambientais como espécies de direitos humanos, enquadrando as gerações futuras como sujeitos de direitos.

Com base nas disposições da Lei de Execução Penal, julgue os itens sobre o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e sobre o Conselho Penitenciário.

19. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária deverá contribuir na elaboração dos planos nacionais de desenvolvimento, podendo sugerir metas e prioridades na política criminal e penitenciária. Não compete ao Conselho, no entanto, estimular ou promover a pesquisa criminológica.

20. O Conselho Penitenciário é órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena. Desse modo, não incumbe ao Conselho supervisionar os patronatos nem a assistência aos egressos.

Com base no texto constitucional e no posicionamento dos Tribunais Superiores, julgue os itens:

**21.** A Constituição Federal assegura que todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, de modo que é assegurado ao defensor, no interesse de seu representado, ter amplo acesso aos elementos de prova já produzidos e documentados, assim como àqueles que ainda estejam sendo produzidos.

**22.** O texto constitucional assegura aos presos o respeito à integridade física e moral. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal entende que o Estado poderá ser obrigado a ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em razão da falta ou insuficiência de condições de encarceramento.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

Ricardo Vale

No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos, julgue as afirmações que se seguem:

**23.** A assistência religiosa somente será permitida em estabelecimentos civis, sendo proibida em instituições militares.

**24.** O *habeas corpus* é gratuito e pode ser impetrado por qualquer pessoa, desde que assistida por advogado.

**25.** O ingresso em estabelecimentos privados, sem o consentimento do proprietário, só será permitido mediante autorização judicial.

No que diz respeito ao Poder Executivo, julgue a próxima assertiva:

**26.** O Presidente da República poderá, mediante decreto, extinguir órgãos públicos e cargos vagos, desde que isso não implique aumento de despesas.

Julgue o item subsequente, a respeito da segurança pública, de acordo com o disposto na CF/88:

**27.** Os corpos de bombeiros militares são forças auxiliares do Exército.

Julgue a próxima assertiva, com base no que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos políticos:

**28.** O brasileiro nato jamais poderá perder seus direitos políticos.

Considerando as regras atinentes aos direitos de nacionalidade, julgue o item a seguir:

**29.** Os portugueses que optarem pela equiparação a brasileiros não poderão solicitar a naturalização.

No que diz respeito às disposições constitucionais sobre os direitos sociais, julgue o item a seguir:

**30.** Aos trabalhadores rurais é garantido o direito de assistência aos filhos de até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Thállius Moraes

Acerca dos Poderes da Administração e da Responsabilidade Civil do Estado, julgue as próximas assertivas.

**31.** O poder de polícia, que somente é exercido por órgãos de segurança pública, tem por objetivo evitar lesões aos interesses da coletividade.

**32. Situação hipotética:** Satanildo, que estava cumprindo pena em um estabelecimento prisional, esfaqueou um colega de cela e um agente penitenciário. Na sequência, ele pulou o muro e esfaqueou um particular para roubar seu carro, que utilizou no ato de fuga, atropelando, inclusive, outras pessoas no caminho. Uma semana depois, ele foi preso novamente, em flagrante, após ter assaltado uma joalheria e lesionado as pessoas que lá estavam no momento do crime. **Assertiva:** O Estado, ante sua omissão negligente em impedir a fuga, é civilmente responsável por esses danos causados por Satanildo.

Acerca das Licitações e dos Contratos Administrativos, levando em consideração as normas traçadas na Lei 8.666/93, julgue os próximos itens.

**33. Situação hipotética:** Em uma licitação realizada para a aquisição de determinados bens, para suprir as unidades de um órgão público, as empresas X e Y apresentaram, em igualdade de condições, produtos com as mesmas especificações técnicas e com o mesmo preço. A empresa X é brasileira, mas está instalada e produz seus bens no exterior. A empresa Y, embora seja estrangeira, está instalada e fabrica seus bens no Brasil. **Assertiva:** No caso narrado, a preferência recairá sobre a empresa Y.

**34.** A nulidade do procedimento licitatório não induz à nulidade do contrato dele decorrente, salvo em caso de comprovada má-fé.

O Decreto 10.024/19 estabelece as regras que regulamentam a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica. Considerando as disposições desse Decreto, analise os próximos itens.

**35.** No pregão, realizado em sua forma eletrônica, poderão ser empregados, como critérios de julgamento da seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o de menor preço ou de maior desconto, conforme estabelecer o edital.

**36.** Essa modalidade licitatória não é admissível para a contratação de obras ou de serviços de engenharia, sendo utilizada exclusivamente para a aquisição de bens de natureza comum.

Levando em consideração as disposições da Lei 9.784/99, que estabelece as regras acerca do processo administrativo em âmbito federal, analise o próximo item.

**37.** Caso o interessado desista de pedido formulado em processo administrativo, a administração deverá automaticamente extinguir o referido processo e determinar o seu arquivamento.

O Decreto 6.170/07 trata das normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. Considerando as suas disposições, analise a próxima assertiva.

**38.** Não poderá ser feita a celebração de convênios e contratos de repasse com uma entidade privada que tenha como dirigente a esposa de um agente político, mesmo que essa entidade não possua finalidade lucrativa.

## DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

Tiago Zanolla

Com base no DECRETO N. 6.877/2009, julgue os itens a seguir:

**39.** O Decreto n. 6.877/2009 regulamenta o processo de inclusão e transferência de presos para estabelecimentos penais federais de segurança máxima e para os alojamentos em colônia agrícola.

**40.** Na inclusão do preso em estabelecimento penal federal, será certificado, pelo próprio estabelecimento, as condições físicas e mentais do preso.

**41.** A assistência educacional ao preso consiste no desenvolvimento de ações visando garantir a correta aplicação de normas e diretrizes da área de saúde, será de caráter preventivo e curativo e compreenderá os atendimentos médico, farmacêutico, odontológico, ambulatorial e hospitalar, dentro do estabelecimento penal federal ou instituição do sistema de saúde pública, nos termos de orientação do Departamento Penitenciário Nacional.

**42.** A assistência psiquiátrica e psicológica será prestada por profissionais da área, por intermédio de programas envolvendo o preso e seus familiares e a instituição, no âmbito dos processos de ressocialização e reintegração social.

Acerca do regimento interno do DEPEN, julgue os itens a seguir:

**43.** Acerca da estrutura organizacional do DEPEN, a Diretoria de Presídio Federal - DIPREF compreende a Divisão de Segurança e Disciplina - DISED, a Divisão de Reabilitação - DIREB, o Serviço de Saúde - SESAU e o Serviço Administrativo - SEAD

**44.** À Ouvidoria Nacional dos Serviços Penais compete atuar como instância de controle e participação social responsável pelo tratamento das solicitações, reclamações, denúncias, sugestões e elogios relativos às políticas e aos serviços públicos prestados por servidores e órgãos de administração da execução penal, sob qualquer forma ou regime;

**45.** O gerenciamento dos pedidos de concessão de diárias e passagens para fins de pagamento é atribuição da Coordenação de Gestão de Pessoas.

De acordo com o DECRETO N. 6049/2007, julgue os itens a seguir

**46.** O estabelecimento penal federal tem como uma de suas características, a capacidade para até duzentos e dezoito presos.

**47.** O estabelecimento penal federal tem como uma de suas características, a acomodação do preso em cela individual, salvo determinação em contrário do Diretor do Estabelecimento Penal.

**48.** A estrutura organizacional e a competência das unidades que compõem os estabelecimentos penais federais serão disciplinadas no Manual de Assistências do Departamento Penitenciário Federal.

**49.** Os estabelecimentos penais federais terão a seguinte estrutura básica a Divisão de Reabilitação e o Serviço de Saúde.

**50.** A Corregedoria-Geral da Justiça é órgão de fiscalização e correição, incumbida de preservar os padrões de legalidade e moralidade dos atos de

gestão dos administradores das unidades, com vistas à proteção e defesa dos interesses da sociedade, valendo-se de inspeções e investigações.

**51.** A execução administrativa da pena, respeitados os requisitos legais, obedecerá à fase de procedimentos de inclusão e avaliação pela Comissão Técnica de Classificação para o desenvolvimento do processo da execução da pena.

**52.** Para orientar a individualização da execução penal, os condenados serão classificados segundo os seus antecedentes, personalidade e custo ao erário da manutenção de sua detenção.

**53.** Cabe a Comissão Técnica de Classificação classificar os antecedentes e a personalidade do preso para fins de individualização da execução penal, observados os procedimentos do Ministério da Justiça.

## EXECUÇÃO PENAL

Alexandre Herculano

**54.** Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

A progressão no regime de cumprimento da pena, nas espécies fechado, semiaberto e aberto, tem como razão maior a ressocialização do preso que, mais dia ou menos dia, voltará ao convívio social.

**55.** Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

Segundo o STJ, diante do trânsito em julgado de duas sentenças condenatórias contra o mesmo condenado, por fatos idênticos, deve prevalecer a condenação mais favorável ao réu.

**56.** Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

É exigido, como condição para a progressão de regime e concessão de livramento condicional, que o condenado se submeta a exame criminológico.

**57.** Julgue o item com base na Lei de Execução Penal.

Os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes equiparados a hediondo, serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA - ácido desoxirribonucleico, por técnica adequada e indolor.

**58.** Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

**59.** Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado. Assim, a partir dos 70 anos o preso poderá solicitar ocupação adequada à sua idade.

**60.** Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/3 da pena.

**61.** Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado com duração máxima de até 2 anos, recolhimento em cela individual e visitas quinzenais, de 2 pessoas por vez.

**62.** Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

Entre as sanções disciplinares, há o isolamento na própria cela. Sendo, neste caso, uma sanção aplicada somente pelo Juiz da Execução.

**63.** Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária será integrado por 13 membros designados através de ato do Ministério da Justiça, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade e dos Ministérios da área social.

**64.** Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

**Situação hipotética:** João, sem ficha criminal, de 22 anos, assassinou, por ciúmes, a sua namorada, brutalmente, quando ela entrou no seu carro. Depois do crime, ele fugiu para outro Estado sendo preso no dia seguinte por policiais que o abordaram em uma blitz.

**Assertiva:** caso João seja condenado, pelo homicídio doloso qualificado, que é um crime hediondo, poderá progredir do regime fechado para o semiaberto após cumprir os requisitos subjetivos e, também, 40 % da pena, uma vez que ele era primário.

**65.** Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de: condenado maior de setenta anos; condenado acometido de doença grave; condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental; e condenada gestante.

**66.** Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto, e não reincidentes, poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta. A autorização, de saída temporária, será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá de bom comportamento do preso e, do cumprimento mínimo de um sexto da pena.

**67.** Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

**Situação hipotética:** Valmir está cumprindo pena em prisão domiciliar (com monitoramento eletrônico) considerando que não há vagas em unidade prisional destinada ao regime semiaberto. De acordo com a decisão de juiz que deferiu a prisão domiciliar, Valmir poderá realizar trabalho externo, no entanto, deverá se recolher em casa no máximo até às 19h.

**Assertiva:** Segundo o STJ, Valmir, reeducando, em prisão domiciliar, poderá ser autorizado a se ausentar de sua residência para frequentar culto religioso no período noturno.

**68.** Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

A posse de fones de ouvido no interior do presídio configura falta grave, ou seja, é conduta formal e materialmente típica, portanto, idônea para o reconhecimento da falha e a aplicação dos consectários.

**69.** Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.

**70.** Julgue o item com base na Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP).

A finalidade da DNAISP é estabelecer a base doutrinária para o Processo de Atuação Integrada na realização de ações e operações de segurança pública e defesa social, operacionalizando o Sistema Integrado de Coordenação, Comunicação, Comando e Controle (SIC4) nas três esferas de governo.

**71.** Julgue o item com base na Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP).

As premissas de Atuação Integrada estão alinhadas às competências e atribuições da Secretaria de Operações Integradas (SEOPI) do Ministério da Justiça e Segurança Pública em consonância com os objetivos e estratégias colimadas na Política Nacional de Segurança Pública, e serão levadas em consideração nas ações e operações integradas de segurança pública e defesa social, baseando-se em alguns pressupostos.

**72.** Julgue o item com base na Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP).

O modelo de coordenação adotado no SIC4 é o da liderança situacional, observando-se o escopo da missão a ser desempenhada. Neste modelo, as atribuições legais dos órgãos são respeitadas, sendo que o órgão que está na liderança situacional deve apoiar os demais órgãos para o cumprimento dos objetivos comuns de uma operação ou atividade integrada.

**73.** Julgue o item com base na Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP).

Áreas de Interesse Operacional são os espaços geográficos que não possuem relação direta com os ambientes onde se desenvolverão as ações ou operações integradas de segurança pública e defesa social, mas que podem ser impactados, e, por isso, merecem atenção especial.

**74.** Julgue o item com base na Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP).

Os Centros Integrados de Operações de Fronteira (CIOF) fazem parte da estrutura do SIC4.

**75.** Julgue o item com base na Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP).

O órgão central do SIC4 em nível nacional é a SEOP, por meio da Diretoria de Operações, utilizando o ambiente do CICC, e sua rotina de funcionamento será definida em regimento interno.

**76.** Julgue o item com base na Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP).

O Processo de Atuação Integrada – PAI, será desenvolvido, observando-se os seguintes ciclos de: Planejamento; Execução; Retificação; e Consolidação. Sendo que o monitoramento se aplica ao ciclo de execução.

**77.** Julgue o item com base na Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP).

Os Centros Integrados de Comando e Controle ou estruturas similares são ambientes comuns para a realização da gestão e monitoramento das operações ou atividades operacionais integradas.

**78.** Julgue o item com base na Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP).

São os fundamentos da atuação integrada do Sistema Integrado de Coordenação, Comunicação, Comando e Controle (SIC4) a serem observados durante os ciclos de planejamento, execução, monitoramento, avaliação e consolidação das ações e operações integradas.

## DIREITO PENAL

Ivo Martins

**79.** Dentre os princípios concernentes à atuação do Estado há o Princípio da Adequação Social, o qual significa que uma lei penal incriminadora somente pode ser aplicada a um fato concreto, caso tenha tido origem antes da prática da conduta para a qual se destina.

**80.** Extraterritorialidade da lei penal significa que a lei penal pode ser aplicada a fato ocorrido fora da sua época de vigência, dividindo-se em dois aspectos: retroatividade e ultraterritorialidade.

**81.** Existem três teorias acerca do momento em que o crime é praticado: teoria da atividade, reputando cometido o crime no momento do resultado; teoria do resultado, considerando praticado o delito no momento da conduta, não importando o instante do resultado; teoria mista ou da ubiquidade, adotando que o momento do crime pode ser tanto o da conduta, quanto o do resultado; dentre elas, quanto ao tempo crime, segundo o artigo 4º do Código Penal, adota-se a teoria do resultado.

**82.** Em relação à aplicação da lei penal do espaço, o Brasil adotou o Princípio da Territorialidade mitigada.

**83.** Flávio, penalmente imputável, horas depois de ter sido injustamente provocado por Caio, obrando sob a influência de violência emocional, desferiu duas facadas em Caio, o que resultou em seu óbito. Nessa situação, Flávio cometeu homicídio privilegiado.

**84.** Quanto à consumação do crime de furto, adota-se a Teoria Ablatio, a qual dispõe que o momento consumativo ocorre quando a coisa é levada ao local desejado pelo ladrão para tê-la a salvo.

**85.** No roubo impróprio, a violência ou grave ameaça ocorre após a subtração do bem a fim de assegurar a impunidade do crime ou detenção da coisa para si ou para terceiro.

**86.** Trata-se do crime de concussão, exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida. Com o advento da Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime), a pena passou a ser de 2 a 12 anos de reclusão, e multa.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

**87.** A lei processual penal admitirá interpretação restritiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito e da doutrina.

**88.** O inquérito policial, por ser indispensável à persecução penal, acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.

**89.** Em nenhuma hipótese, a autoridade policial está autorizada a determinar o arquivamento dos autos de Inquérito Policial.

**90.** A prisão especial, prevista no Código de Processo Penal ou em outras leis, consiste exclusivamente no recolhimento em local distinto da prisão comum. Não havendo estabelecimento específico para o preso especial, este será recolhido em cela distinta do mesmo estabelecimento.

**91.** A cela especial poderá consistir em alojamento coletivo, atendidos os requisitos de salubridade do ambiente, pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequados à existência humana.

**92.** A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

**93.** A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.

**94.** O habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público.

## INFORMÁTICA

Ranielison Passos

Sobre conceitos de segurança, backups e ataques a computadores, julgue os itens abaixo.

**95.** A propriedade da Integridade, na segurança dos dados, é aplicada a uma informação para garantir que seu conteúdo não seja manipulado por pessoas ou processos não autorizados.

Sobre conceitos de segurança, backups e ataques a computadores, julgue os itens abaixo.

**96.** Em certificação digital as Autoridades Certificadoras Raiz são várias organizações residentes em solo nacional, empresas públicas ou privadas, que emitem e controlam a emissão de certificados digitais no Brasil.

**97.** Um vírus de celular é capaz de atacar diversos tipos e modelos de celulares, sejam eles Smartphones ou não. Após atacar o equipamento, o vírus pode, dentre outras ações, drenar a bateria do dispositivo ou até mesmo realizar chamadas.

Sobre os aplicativos editores da Microsoft Office 2016 e LibreOffice 6, julgue os itens abaixo.

**98.** Se no aplicativo Excel, versão de instalação padrão, uma célula for formatada como texto, o seu conteúdo será alinhado à esquerda, mesmo que o conteúdo seja numérico.

**99.** Durante uma elaboração de apresentação no aplicativo editor PowerPoint, um usuário clicou na guia inserir para localizar uma ferramenta que permite fazer gravação da tela em formato de vídeo.

**100.** Assim como no Microsoft Office Excel a ferramenta de gestão Power BI também não possui uma plataforma de sistema cloud específico para compartilhamento de dados. Por isso, na maioria dos casos, os arquivos são compartilhados por e-mail ou pendrives, por exemplo.

Sobre convergência de rede e noções de voz sobre IP (VOIP e telefonia IP), julgue o item abaixo.

**101.** O surgimento da comunicação VoIP barateou o custo das ligações telefônicas, porém não é possível que várias chamadas sejam interligadas, assim como na telefonia tradicional.

Sobre procedimentos relacionados a Windows 10, jogue o próximo item.

**102.** É possível no Windows 10, versão de instalação padrão, encontrar no painel de controle uma ferramenta nativa para cópias de segurança.

Sobre banco de dados e modelagem relacional, julgue a próxima assertiva.

**103.** No modelo entidade e relacionamento um atributo identificador é representado através de um círculo vazio e são considerados atributos normais de uma entidade. Esse tipo de atributo pode ser opcional em uma entidade como também pode conter valor de nulo.

### RACIOCÍNIO LÓGICO

Guilherme Neves

A respeito de lógica proposicional, julgue o item que se segue.

**104.** Se  $P$ ,  $Q$  e  $R$  forem proposições simples e se  $\sim R$  indicar a negação da proposição  $R$ , então, independentemente dos valores lógicos  $V =$  verdadeiro ou  $F =$  falso de  $P$ ,  $Q$  e  $R$ , a proposição  $P \rightarrow Q \vee (\sim R)$  será sempre  $V$ .

**105.** Se a proposição  $\sim P \rightarrow [Q \vee R]$  for verdadeira, será também verdadeira a proposição  $\sim [Q \wedge R] \rightarrow P$ .

**106.** A sentença “Meu filho, levante-se e vá estudar.” é uma proposição composta.

**107.** Se  $P$  e  $Q$  forem proposições simples, então a proposição composta  $Q \vee (Q \rightarrow P)$  é uma tautologia.

**108.** Independentemente dos valores lógicos  $V$  ou  $F$  atribuídos a  $P$  e  $Q$ , o valor lógico de  $[P \rightarrow Q] \wedge P$  será sempre  $V$ .

**109.** Guilherme foi a uma loja comprar cerveja longneck e havia 3 marcas disponíveis. Se Guilherme quer comprar 5 garrafas de cerveja, então o número de maneiras distintas de se formar o pacote de 5 garrafas é inferior a 25.

Considerando um grupo formado por 5 pessoas, julgue os itens a seguir.

**110.** Há 24 modos de essas 5 pessoas se posicionarem em torno de uma mesa redonda.

**111.** Se, nesse grupo, existirem 2 crianças e 3 adultos e essas pessoas se sentarem em 5 cadeiras postadas em fila, com cada uma das crianças sentada entre 2 adultos, então, haverá 12 modos distintos de essas pessoas se posicionarem.

### LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Marcos Girão

**112.** A posse isolada de grande quantidade de acessórios de arma de fogo de uso permitido, em desacordo com as determinações legais ou regulamentares, ainda que desacompanhada da apreensão de arma de fogo, constitui crime tipificado do Estatuto do Desarmamento.

Acerca da Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas), julgue os itens.

**113.** Dentre as penas previstas para quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar estão as penas de prestação pecuniária e de advertência sobre os efeitos das drogas.

**114.** Poderá ser submetido à pena de medida educativa de comparecimento a programa ou a curso educativo pelo prazo máximo de dez meses quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Com base no texto da Lei nº 9.455/1997 (Crimes de Tortura), julgue os itens subsecutivos.

**115.** Não está correto afirmar que o agente público condenado por crime de tortura perderá o cargo, função ou emprego público e sofrerá interdição para seu exercício pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Logo, de fato não está correto afirmar que o agente público condenado por crime de tortura perderá o cargo, função ou emprego público e sofrerá interdição para seu exercício pelo prazo de 5 (cinco) anos.

**116.** Se alguém se omite em face de conduta que caracteriza crime de tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, comete o crime chamado pela doutrina de tortura imprópria, cuja pena prevista é de reclusão de um a quatro anos.

Conforme a Lei nº 12.850/2013 (Crime Organizado), julgue os itens.

**117.** A associação de 4 ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 2 (dois) anos.

**118.** É correto afirmar que se houver elementos probatórios que indiquem a manutenção do vínculo associativo, o condenado expressamente em sentença por integrar organização criminosa ou por crime praticado por meio de organização criminosa não poderá progredir de regime de cumprimento de pena ou obter livramento condicional ou outros benefícios prisionais.

Acerca da Lei nº 9.613/1998 (Lavagem de Dinheiro), julgue o item subsecutivo.

**119.** No curso do processo, o juiz poderá decretar a alienação antecipada de bens sob constrição, provenientes de crimes de lavagem de dinheiro, que foram objeto de medidas assecuratórias. Tal providência poderá ser tomada de ofício, mediante requerimento do Ministério Público ou por solicitação da parte interessada.

**120.** No âmbito dos ditames da Lei Federal nº 13.869/19, é seguro afirmar que não faz coisa julgada em âmbito cível, nem no administrativo-disciplinar, A sentença penal que reconhecer ter sido o ato de abuso de autoridade praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

## Prova Discursiva

Marcio Damasceno

### A origem da criminalidade

*Sem contar as vidas perdidas, o crime custa ao Brasil mais de 100 bilhões de reais. Para curar essa chaga, é preciso primeiro entender como ela é fabricada.*

A sensação de insegurança no Brasil não é sem fundamento. Somos, de fato, um dos países mais violentos da América Latina, que, por sua vez, é a região mais violenta do globo. O país perde muito com isso.

Só por causa dos assassinatos, o homem brasileiro vive um ano e poucos meses a menos, em média. Se esse homem vive no Rio de Janeiro, o prejuízo é ainda maior: quase três anos a menos. As mulheres também não passam incólumes. Na cidade de São Paulo, em 2001, o assassinato foi, pela primeira vez, a principal causa de mortes de mulheres, ultrapassando números de mortes por doenças cerebrovasculares e Aids.

Embora tão grave e nociva, a chaga do crime é pouco entendida no Brasil. Mas, afinal, qual é a origem do crime?

Existem muitas teorias para explicar o que gera a criminalidade. Cada uma delas se aplica perfeitamente a pelo menos uma situação criminosa, mas nenhuma consegue explicar o nascedouro de todos os crimes. Para o antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares, que foi coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania no governo de Anthony Garotinho (PSB) no Rio de Janeiro, isso acontece porque “crime” é um conceito muito amplo. “Não há uma teoria geral sobre criminalidade porque não há uma criminalidade ‘em geral’. Quando falamos em crime, estamos nos referindo à transgressão de uma lei, e isso engloba uma infinidade de situações diferentes, cada uma favorecida por determinadas condições”, diz ele. Em outras palavras: crimes diferentes têm causas diferentes. “Um menino de rua que rouba para cheirar cola tem uma motivação completamente diferente da que move o operador financeiro que lava dinheiro para traficantes. No entanto, ambos estão cometendo crimes.”

Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/a-origem-da-criminalidade/>. Acesso em: 06/08/2020. Com adaptações.

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

### **VIOLÊNCIA NO BRASIL: CAUSAS E SOLUÇÕES**

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

< raízes da atual violência urbana; [valor: 6,30 pontos]

< responsabilidade do poder público no combate à violência; [valor: 6,30 pontos]

< possíveis medidas a serem tomadas para se enfrentar a criminalidade. [valor: 6,40 pontos]

## FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-DEPEN-29-08-20>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>